

# Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX\*

**Sheila Siqueira de Castro Faria**  
IFCH/Universidade Federal Fluminense

## Os Campos dos Goitacases

Os "Campos dos Goitacases" e a "Capitania da Paraíba do Sul" eram expressões genéricas que, até o século XIX, designavam uma vasta área, atualmente conhecida como Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

A ocupação efetiva da região data do início do século XVII. Em 1674, a área foi dada em donataria ao Visconde de Asseca, início de sérios conflitos entre a população residente, o donatário e os antigos sesmeiros. Nesse período, a criação de gado foi a atividade priorizada, entre outros motivos, por uma certa instabilidade na posse da terra devido aos impostos, taxas e aluguéis dos sesmeiros e do donatário.

Em 1752, a Coroa Portuguesa retirou definitivamente a donataria, tornando a região uma Capitania Real. O processo de "libertação" do domínio Asseca deu-se ao mesmo tempo em que a lavoura da cana-de-açúcar se alastrou fortemente pela região. Ao final do século XVIII, o açúcar já era a principal riqueza local. A cana ocupou lugares antes destinados ao gado, mas também se estendeu por outros, nunca ocupados pelos homens brancos.

No século XIX e até os dias de hoje, a agroindústria açucareira formou o perfil produtivo do Norte Fluminense, embora outras atividades, como as lavouras de café e de alimentos e a pecuária, estivessem presentes. No decorrer do século XIX, consolidaram-se algumas das fortunas locais, oriundas da produção do açúcar.

O trabalho está centrado no século XVIII, justamente no momento das duas amplas e significativas transformações: a econômica, com a pas-

\*Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Vânia Fróes o auxílio na realização deste trabalho, que é parte de uma pesquisa de Doutorado na UFF, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Maria Yedda Leite Linhares.

sagem da predominância da pecuária para a agroindústria açucareira e a política, com a retirada da donataria dos Asseca e o controle mais efetivo da terra por parte dos produtores (o que não significa dizer que as disputas tivessem acabado).

Os Campos dos Goitacases foram marcados, durante todo o século XVIII, por um fluxo crescente de gentes e de capitais em sua direção. Buscava-se o enriquecimento ou a melhoria nas condições de sobrevivência. A história da região, nesse século, é a história de migrantes, de sucessos e insucessos, numa área que se abria para a exploração de produtores dos mais variados graus de riqueza.

Os anos seguintes foram ainda mais ricos. Durante o século XIX, inúmeros produtores tiveram sua fortuna coroada por títulos de nobreza do Império. O modo de vida mudou, trazendo uma ostentação de riqueza que transparecia nas construções das casa e engenhos, no número de escravos, nos trajes, nas participações em associações e Irmandade religiosas, nas procissões, enfim, num conjunto de procedimentos que demarcava ser a região praticamente monopolizadora do mercado de açúcar do Sudeste (cf. Faria 1986).

Dentro do quadro exposto, este trabalho tem por objetivo analisar o modo de vida material dessa população, em particular no que se refere à forma da habitação, acompanhando as vagarosas transformações ocorridas entre os dois momentos: o de predomínio dos currais e o de desenvolvimento e consolidação da lavoura canavieira.

## A Habitação

Nas seis primeiras décadas do século XVIII, a cana-de-açúcar avançava vagarosamente sobre os pastos e matas dos Campos dos Goitacases. As lutas constantes tornavam instáveis a produção e ocupação dos terrenos. Era um lugar com fluxo relativamente constante de gente, entrando ou saindo, dependendo da disposição para o conflito. Num espaço parcialmente ocupado, a transitoriedade delineava os contornos da vida material. Essa instabilidade se refletia nas construções, toscas e rústicas, no sentido que damos hoje aos termos.

As mais ricas famílias viviam com uma pequena variedade de objetos. A riqueza estava associada ao número de cabeças de gado e de escravos. As casas de morada e algumas benfeitorias não mereciam nem mesmo descrição muito detalhada nos inventários, bastando a indicação genérica: "casas de morada (ou de vivenda) e demais benfeitorias". Facilmente construídas e também facilmente abandonadas, as construções tinham vida curta. Eram referidas, quase sempre, como "bastante arruinadas" ou "com muito uso".

A segunda metade do século XVIII trouxe mudanças na disposição das construções, mas, em linhas gerais, a técnica e os materiais empregados permaneceram os mesmos. Já no século XIX, diferenças substanciais foram detectadas. É das casas, dos materiais utilizados, do espaço delineado para

suas instalações e das diferenças, quanto a esses aspectos, entre o período de predomínio do gado e o do açúcar, que trato, no momento.

Forma: material e divisões

A construção das casas não tomava muito tempo, não só pelo tipo de material empregado como pelo tamanho reduzido. Do século XVIII, um dos poucos inventários a trazer as medidas de uma moradia nos sítios rurais foi o de Joana Maria de Jesus<sup>1</sup>, falecida em 1792, dona de três escravos, proprietária de:

"um sítio todo debaixo de bardos de limão vivo com seu cercado e várias árvores de espinhos, e coqueiros da Bahia, árvores de várias frutas com um lanço de casas com trinta palmos de largo com seu repartimento no meio, tendo vinte e cinco palmos de fundo, coberta de telha em bom uso com seu telheiro místico, coberto também de telhas (...)"

Essas construções tinham seis metros de frente por cinco de fundos, somando uma área de 30 metros quadrados. Nenhuma outra descrição de medidas de casas (houve mais sete) trouxe o tamanho dos fundos e nenhuma teve mais de 30 palmos, ou seis metros, de frente, o que pode ser considerado como um tamanho reduzido. Alguns proprietários dessas pequenas residências tinham mais de 15 escravos, ou seja, não eram tão pobres.

As avaliações das moradias eram, em geral, bastante pequenas frente a outros bens. O Capitão Leandro Correia da Silva, falecido em 1714, casado, dono de oito escravos, morava numa "casa térrea coberta de telha"<sup>2</sup> que foi avaliada em 90.000, quase a metade do valor de um escravo seu, um mulato chamado Manoel, estimado em 160.000. Era rico, para a época, e sua casa foi uma das que, nesse período, mereceu um dos maiores valores. Em 1722, um dono de também oito escravos, Manoel Barbosa de Moraes, morava numas "casas de taipa de mão e cobertas de palha"<sup>3</sup>, avaliadas em somente 20.000.

O valor das casas não representava um montante apreciável nas fortunas locais, embora não significasse desprezo pela sua posse. Herdeiros lutavam para recebê-las nas partilhas. Inventariantes (sempre um dos herdeiros) ficavam sempre com as casas, na divisão dos bens, situação algumas vezes contestada pelos demais envolvidos. Mais do que as moradias, interessavam aos herdeiros as benfeitorias feitas a seu redor, estas, sim, demandando muito tempo e trabalho.

Todas as casas eram "barreadas" ou de "taipa de mão", um entrelaçado de tábuas ou ripas de madeira, que podiam ser "serradas" (aparelhadas) ou não (no caso, utilizando pedaços de madeira bruta), amarradas com cipó, cobertas com barro molhado e arrimadas por esteios de madeira mais nobre. O pau-ferro ocupava lugar de destaque.

A cobertura era o que mais diferenciava uma casa da outra. Apesar de a palha ser o material mais usado, a coberta de telha possuía maior avalia-

1. 1.º Ofício de Notas, maço 13, Campos, RJ.

2. 3.º Ofício de Notas, s/n., Campos, RJ.

3. 1.º Ofício de Notas, maço 1, Campos, RJ.

4. 3.º Ofício de Notas, s/n., Campos, RJ.

5. 1.º Ofício de Notas, s/n., Campos, RJ.

6. 1.º Ofício de Notas, maço 3, Campos, RJ.

7. 1.º Ofício de Notas, maço 5, Campos, RJ.

8. 1.º Ofício de Notas, maço 1, Campos, RJ.

9. 3.º Ofício de Notas, s/n., Campos, RJ.

ção. A denominação sapé era pouco utilizada, mas, já em finais do século XVIII, e durante todo o século XIX, apareceu com freqüência, principalmente nas construções mais pobres e nas senzalas. Em nenhum momento os inventários esclareceram sobre as diferenças entre os dois materiais que, certamente, havia.

A armação do telhado era, como as estruturas das paredes, feita de ripas de madeira, sendo as serradas mais valiosas, merecendo comentários: Eusébio José de Aguiar era proprietário de "um lance de casas avarandadas (...) cobertas de telhas e ripas serradas"<sup>4</sup>. As demais, provavelmente cobertas com madeira bruta, sem aparelhamento, não recebiam descrição com detalhes.

Salvo uma ou outra casa de sobrado, restrita às construções das ordens religiosas dos jesuítas e beneditinos, as demais eram moradias térreas, mesmo as de proprietários muito ricos. O Sargento-Mor Tomás Alvares Pessanha, falecido em 1720, um dos mais ricos criadores de gado da região, era proprietário de "umas casas em que mora a inventariante (sua mulher) com outra que serve de cozinha, cobertas de telhas"<sup>5</sup>; possuía ainda "outras casas de telhas". Em termos de construções, era só. Surpreende a relativa pobreza das construções rurais nessa época do gado. A ostentação da riqueza não estava ligada à moradia. O Sargento-Mor não possuía nem mesmo casa na Vila.

Pegados aos corpos das casas de morada, ou muito próximo deles, construía-se cozinhas e, em algumas, mais ricas, despensas e casas de despejo. Em todas utilizavam-se os mesmos materiais: paredes de taipa e coberturas de palha ou telha e uma ou outra com esteios de madeira mais nobre.

Nem todas as avaliações diziam a quantidade de portas e janelas, nem o número de cômodos. As que a trouxeram registravam, na grande maioria dos casos, muito mais portas do que janelas. Salvador Esteves Lemos, em 1729, tinha "uma casa de vivenda com duas portas e uma janela"<sup>6</sup>; Pascoal Dias, em 1746, era dono de "umas casa com três lanços cobertas de telhas com 5 portas e uma janela com esteios de pau-ferro"<sup>7</sup>. Algumas nem janelas tinham. Manoel Lopes da Costa, em 1726, era dono de "umas casas cobertas de palha, já velhas, com dois lanços e com três portas"; ou então Clara Leite que, em 1706, teve referidas no seu inventário "as casas cobertas de telhas com suas portas"<sup>8</sup>.

O que os inventários não indicavam explicitamente era onde estavam as portas, se só externas ou se separavam cômodos. Presumo que muitas deveriam separar cômodos, já que vários inventariados tinham, como Eusébio José Aguiar, em 1755, "um lance de casas(...) com 10 portas e 4 janelas, com suas ferragens e repartimentos"<sup>9</sup>. Possuindo somente um lanço de casas, seria pouco provável que as 10 portas fossem externas. Que cômodos separavam, fica muito difícil saber, mas creio que, no caso de Eusébio José, por exemplo, a ausência de senzala e a propriedade de 17 escravos pode indicar que os cômodos dos senhores ou os de seus escravos tinham portas para estabelecer uma certa diferenciação.

As quatro últimas décadas do século XVIII trouxeram modificações na arquitetura. Apareceram casa de sobrado, tanto na roça quanto na vila, e assoalhadas, independente de serem térreas ou assobradadas. As descrições indicam que se tornaram maiores. Ampliou-se o número de cômodos, com

camarinhas, salas, alcovas e corredores referidos com muita freqüência. Dona Maria Coutinha, falecida em 1767, viúva, possuía "um lanço de casas na praça desta Vila, nova e assoalhada de taboado, com duas casas de cozinha e despensa, tudo coberto de telha nova (...)"<sup>10</sup>.

Luiza Correia da Silva<sup>11</sup> morreu em 1782. Ela e o marido eram senhores de engenho e de 26 escravos. A descrição da habitação regular era a seguinte:

"umas casas em que reside o inventariante (marido da defunta), constante de um pequeno sobrado com uma sala e duas alcovas cobertas de telhas; servem de casas de purgar as varandas destas em roda, e pela parte dos fundos, duas camarinhas, assim doutra muito pequena que fica debaixo da escada do dito sobrado, avaliada em 200.000".

Esse mesmo casal possuía mais três lances de casas na Vila, um deles

"na Rua de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que faz frente para a mesma rua e fundos para o açougue, cujo lance é assoalhado com duas alcovas também assoalhadas e um corredor separado da sala feito de pau-a-pique e coberto de telha"<sup>12</sup>.

Nas roças, em particular nos sítios com engenhos, as casas de vida tenderam a ser anexas ao setor de beneficiamento, com as casas de moradia ocupando o segundo andar das de sobrado, muitas delas assoalhadas.

O enriquecimento e uma relativa tranquilidade política tornaram os senhores mais cuidadosos com suas casa de morada, aumentando inclusive o número de móveis e utensílios do seu interior.

Em 1720, o Sargento-Mor Tomé Alvares Pessanha<sup>13</sup>, dono de 31 escravos (número avultado para um criador de gado), possuía os seguintes bens:

"18 colheres de prata com 2 marcos e 19 oitavas; um bofete com duas gavetas; 7 tamboretas de pau; um banco comprido; uma caixa velha com 7 palmos; uma caixa de despejo com 11 palmos; um caixão velho".

○ enxoval se resumia a:

"uma toalha de algodão nova de mesa; duas toalhas de mesa de algodão; duas toalhas de mão de algodão; 17 guardanapos; duas toalhas de mão de linho; uma toalha de mão de panico".

Era tudo.

Passados 53 anos, em 1773, faleceu o neto desse Sargento-Mor, Capitão Miguel de Moraes Pessanha, senhor de engenho, dono de um número de escravos semelhantes ao do avô, 34, mas com um conjunto de bens que ostentava uma riqueza muito maior, apesar de a soma dos seus bens ter sido bem menor. Tomé Pessanha possuía, quando morreu, uma fortuna avaliada em 16:261\$670, sem dívidas, quase toda em gado; o neto, quase um terço desse valor, 6:060\$220, mais da metade comprometida em dívidas, 3:217\$455.

Apesar disso, o Capitão Miguel Pessanha<sup>14</sup> parecia muito mais rico, dono do Engenho de Santa Cruz, onde havia:

10. 3.º Ofício de Notas, maço 21, Campos, RJ.

11. 1.º Cartório de Notas, maço 24, Campos, RJ.

12. 1.º Ofício de Notas, maço 15, Campos, RJ.

13. 1.º Ofício de Notas, s/n., Campos, RJ.

14. 1.º Ofício de Notas, maço 13, Campos, RJ.

“uma casa de engenho de fazer açúcar com moenda chapeada de ferro com (ileg.) de ferro e bronze, moente e corrente, (ileg.) casas de fornalha (ileg.) e casas de vivenda de sobrado na varanda do sobredito engenho, tudo coberto de telha, em 1:392\$000.”

Nas casas de vivenda, possuía uma lista bastante longa de bens, com 171 itens: catres, caixas, armários, cômodas e mesas de jacarandá e vinhático; tamboretas com e sem encosto e bancos; louças de vidros; pratos de estanho e de vidro; tigelas, xícaras e pires de louça; gamelas, bacias e mais uma grande variedade de objetos de mesa. No enxoval havia lençóis de linho rendados, toalhas, colchas e roupas variadas de veludo, renda, cetim e droguete, acompanhadas de bordados de cetins e, no caso das roupas, de botões finos.

A diferença entre as duas épocas é muito evidente.

Uma outra transformação significativa foi a construção, cada vez mais freqüente, de capelas, principalmente nos engenhos, e a posse de oratórios e de imagens sacras pelos mais pobres. Novamente valendo-me do avô e do neto citados, percebem-se diferenças substanciais: nos bens do primeiro não havia capela e nem mesmo oratório; já o segundo era dono de uma capela de devoção a Santa Rita, ricamente paramentada com imagens de santos ornadas com prata e ouro, cômodas, toalhas de rendas, bancos e uma infinidade de apetrechos para a celebração dos ritos, avaliados em 539\$280, com o que se podia comprar, por exemplo, quatro escravos novos com alguma especialização.

### Riqueza e Ostentação

No século XIX, quando as riquezas foram coroadas com muitos títulos de nobreza, as casas tornaram-se ainda mais sólidas e luxuosas. Dona Francisca de Barcelos Cunha Souto Maior, casada com o Major Francisco Manoel Souto Maior, dona de um engenho em uma freguesia distante da então cidade de Campos dos Goitacases (antiga Vila de São Salvador), faleceu em 1873, com 56 escravos. Foi um dos poucos inventariados a ter os bens detalhadamente descritos: “uma casa de moradia com 105 palmos de comprimento e 45 de largo, coberta de telha, assoalhada e forrada e com paredes de entulho (...)”<sup>15</sup>. A casa tinha, na escala métrica, 9 de frente e 21 de fundos, somando uma área de 189 metros quadrados, o que contrasta com as pequenas residências de anos anteriores.

A maior novidade das casas do século XIX, em relação às do século anterior, foi a troca das paredes de taipa de mão por de entulhos, e os alicerces de madeira, por outros de pedra, além de aumentarem o conforto com forros em seus tetos. Em outras avaliações, o espólio de Dona Francisca Souto Maior teve a seguinte descrição: “uma casa nova para oratório, coberta de telha e parede de entulho, alicerces de pedra com 45 palmos de comprimento e

22 de largo". A casa do engenho foi fortificada: "um telheiro onde se acha assentada a fábrica de fazer açúcar com 140 palmos de comprido e 125 de largo, de paredes de entulho toda alicerçada de pedras e coberta de telhas". Até mesmo a casa de farinha passou a merecer alicerces mais duradouros e um tamanho expressivo: "uma casa para o fabrico de farinha com 120 palmos de comprido e 35 de largo, toda alicerçada de pedra, coberta de telha e paredes de entulho".

Tudo isso demonstrava uma tendência à estabilidade da habitação em relação aos anos anteriores. Dona Francisca não foi a única. Inúmeros outros proprietários tinham bens semelhantes. Os materiais utilizados e a forma das construções refletiam o enraizamento de interesses, onde a migração havia deixado de ser freqüente entre os mais enriquecidos. O monopólio da terra nas freguesias de planície e canavieiras se tornou efetivo. O fluxo migratório se dirigiu mais para o norte, onde novas e grandes fortunas foram surgindo, acompanhando, dessa vez, a "marcha do café". As fortunas do açúcar se localizaram e se estabilizaram na baixada. Casas mais sólidas, com maior conforto e com muito mais móveis e utensílios, indicaram, nesse momento, que a habitação e seus "recheios" simbolizavam o poder econômico, social e político.

As casas assobradadas, na Vila, passaram a ser denominadas, a partir de meados do século XIX, de "palacetes", numa clara indicação da nobreza de seus proprietários. O Barão da Lagoa Dourada, em 1864, concluiu as obras do seu "palácio", na praça do Pinheiro, segundo notícias do jornal "O Monitor Campista", o mais rico da cidade. A inauguração foi apoteótica, com a iluminação do prédio feita por um aparelho a gásômetro, acendendo 200 luzes (cf. Lamego 1943). Atualmente, o "palácio" é o Liceu de Humanidades de Campos. Essa obra foi o auge da ostentação de riqueza da nobreza da região, ostentação que encobria a situação econômica do seu proprietário: doze anos após a inauguração do "palácio", o Barão se suicidou, alegando que os escravos se negavam ao trabalho e que, pela sua avançada idade, não podia ser mais assíduo do que era em suas fazendas. No seu inventário, constatou-se que as suas dívidas eram superiores à sua fortuna (cf. Faria op. cit.).

## Família, Habitação e Produção

Jerônimo do Couto morreu em 1747 e teve seus bens inventariados. Não era rico, apesar de possuir três escravos: uma negra velha, um moleque de 15 anos um e crioulinho de um ano. Tinha alguns cavalos, um pouco de milho, um quartel de mandioca entre verde e "devez" e, além de alguns instrumentos de trabalho, uma canoa e uma espingarda, fabricava farinha com "uma roda de ralar mandioca com 12 palmos e chapeação de cobre" e demais pertences. Morava numa "casa já velha com cinco portas cobertas de palha e sapé" e estava construindo uma outra, já que avaliaram "três lanços de casas onde chamam o Cedro com uma porta e três janelas, cobertas de palha, dois meio armados e um por barrear"<sup>16</sup>.

17. 3.º Ofício de Notas, maço 4, Campos, RJ.

18. 3.º Ofício de Notas, maço 5, Campos, RJ.

19. (Holanda 1978:16).

20. (Cf. Reis 1785).

Entre os inventários analisados do século XVIII, esse é um dos que traz a descrição mais completa de casas de morada. A grande maioria era como a de João Almeida, viúvo, morto em 1732, que possuía "uma casa de telha onde morava o inventariante"<sup>17</sup>, genro do defunto, ou como a de Marcela de Jesus, casada, falecida em 1751, proprietária de "umas casas de vivenda com três lanços e duas despensas, cobertas de telha"<sup>18</sup>.

Tentar recompor o universo material doméstico desses homens, tendo em vista dados tão sucintos, torna-se bastante difícil. E pelos indícios, deixados na forma da descrição e, em alguns casos, na ausência de determinadas referências, que podemos imaginar as habitações das famílias coloniais e as transformações por que passaram, quando o açúcar se tornou a atividade priorizada.

### Habitação, lugares de transformação e de beneficiamento

Inventários *post-mortem* dos produtores rurais, do século XVIII, trazem referências freqüentes a varandas. Sua existência, "acesso ao mundo de fora", nas palavras de Sergio Buarque de Holanda<sup>19</sup>, o tamanho reduzido das moradias e a rusticidade das construções, nas primeiras décadas do século, mesmo por parte dos mais enriquecidos, indica que os habitantes viviam pouco nos espaços internos da casa. Pode-se deduzir, também, que as famílias proprietárias conviviam de maneira muito próxima com escravos e demais trabalhadores, dividindo, inclusive, o teto e o trabalho. Os lugares de moradia e de transformação e beneficiamento da produção explicam a proximidade.

Existem muitas referências às varandas, em inventários, antes das décadas de 1740 e 1750, mas foi a partir daí que se tornou rara alguma casa sem ela. O aumento do número de casas avarandadas refletiu a mudança da atividade produtiva. Serviam para variados fins, entre eles, o de coberturas para os aparelhos de fazer farinha e para engenhocas de açúcar e/ou aguardente. Serviam também como lugar de armazenamento de colheitas e de depósitos para objetos variados.

Todos queriam fabricar açúcar e/ou aguardente, mesmo em condições precárias. A ausência de um lugar específico para a fabricação de determinados produtos ou, mesmo, de varandas, me fez concluir que, em muitos casos, os apetrechos estavam dentro das casas. A fabricação de açúcar, aguardente e farinha pressupunha um lugar coberto, já que o trabalho era demorado e a chuva poderia impedi-lo, além do que se estragariam os mecanismos. Quando havia referência a esses mecanismos de beneficiamento, e nenhuma a uma casa específica, conclui-se que, obviamente, estavam colocados dentro das casas de morada. Engenhos de açúcar, engenhocas de aguardente e outros apetrechos do beneficiamento da cana e da mandioca eram, principalmente nas casas mais pobres, incluídas no corpo moradias, confundindo a transformação do produto agrícola com outras atividades domésticas.

Tal conclusão, retirada a partir dos inventários, é corroborada por um observador que, em 1785<sup>20</sup>, descreveu assim uma pequena unidade açucareira:



"Para a casa de fábrica, que comumente é a mesma da vivenda, tudo serve. O fim principal é o moer cana e fazer açúcar. Há engenhocas que não têm cobertura, se não o espaço que ocupam as moendas, cuja cobertura por estar armada por cima das almanjarras, só mói em tempo de sol; outros há, senhores de tais engenhocas, que não possuem escravo algum, e se servem com a sua família, filhos, irmãos, mulheres e alugados".

Com o tempo, os mais ricos produtores construíam outras casas e outras varandas, comumente anexas ou bastante próximas às de vivenda e seus complementos, para colocar os aparelhos do beneficiamento. Os espaços da produção passaram a se diferenciar cada vez mais. Eusébio José Aguiar, em 1755, já possuía um conjunto de construções com casas e varandas específicas para cada setor do beneficiamento. Era um produtor de açúcar de médio porte, nos padrões da região. Deixou 17 escravos e:

"um engenho de açúcar e casa de encaixe, uma varanda de purgar com seu tendal de táboas com seu tanque de tijolos e moendas e casas de caldeiras com uma varanda de alambique e um telheiro de fogo, em bom uso, 3 cochos grandes e 4 pequenos e inferiores, 2 carros usados, tudo no valor de 316\$000".

O engenho foi construído ao lado de "duas moradas de casas de vivenda com 2 varandas cobertas de telhas com suas portas, no valor de 32\$000"<sup>21</sup>.

Nas casas mais ricas, a despensa, a casa de despejo e a de farinha começaram a fazer parte, com maior frequência, do conjunto das construções, invariavelmente anexas ou ao lado delas. A partir da década de 1760, começou a aparecer, mesmo que poucas vezes, o "paiol", em alguns casos especificado como um lugar para armazenar milho. Só no século XIX passou a ser sistematicamente descrito.

## A proximidade espacial de escravos e livres

Além das construções referidas, o local de moradia dos escravos completava o conjunto. O que surpreende na leitura de inventários do século XVIII é a ausência sistemática de senzalas, nas avaliações. Mesmo os proprietários de muitos escravos, como Salvador Esteves Lemos, dono de 15 escravos, em 1729, e o Capitão Luiz Queiroz, dono de 25 escravos, e falecido muitos anos depois (1790), não tiveram senzalas avaliadas<sup>22</sup>.

Três hipóteses podem ser levantadas: a primeira, e mais evidente, é o fato de que eram tão destituídas de valor que não mereciam avaliações precisas. Posso argumentar que, apesar de raras, em alguns casos houve referência, mesmo com valores muito reduzidos. Isabel Vieira, em 1731, teve avaliada "umas senzalas velhas, no valor de 6\$000"<sup>23</sup>. Esse valor era insignificante, equivalente a um boi, por exemplo. Menor ainda foi o valor da senzala de Manoel Rodrigues da Costa<sup>24</sup>, pardo forro falecido em 1740, estimado em 1\$000<sup>25</sup>.

21. 3.º Ofício de Notas, s/n, Campos, RJ.

22. 1.º Ofício de Notas, maço 1 (Inventários de Salvador Esteves Lemos) e maço 27 (Capitão Luiz Pinto de Queiroz), Campos, RJ.

23. 3.º Ofício de Notas, maço 4, Campos, RJ.

24. 3.º Ofício de Notas, maço 13, Campos, RJ.

25. 3.º Ofício de Notas, maço 4, Campos, RJ.

A segunda hipótese é a de que a casa dos escravos era construída por eles próprios, e de sua propriedade. Creio que um ou outro senhor poderia ter tal prática, inclusive num lugar, como os Campos dos Goitacases, onde o casamento religioso dos escravos era costumeiro e o número de crioulos, que não necessitavam de adequação ao cativo, representava mais ou menos a metade do conjunto da população escrava (cf. Faria 1990). O casal escravo teria facilitada a possibilidade de acesso a uma morada construída por ele e individualizada do resto da escravaria, conforme argumenta, e creio que, com razão, Robert Slenes (cf. Slenes 1989). Acho, entretanto, que não era a regra. Onde dormiriam os cativos africanos recém-chegados? E os solteiros? O amplo silêncio em relação às senzalas significaria outra situação.

Mais provável, e é a terceira hipótese, é que o local onde dormiam os escravos se localizasse dentro das casas de morada do proprietário, sendo, mais uma vez, a designação plural "casas de morada" que definia não só o complexo de moradia e beneficiamento como também um lugar onde dormiam pessoas diferenciadas. Esclarecedora foi a avaliação dos bens de Joana de Almeida, em 1751, que possuía "as casas de vivenda em que morava (...) cobertas de telhas com senzalas"<sup>26</sup>. Era dona de 11 escravos. Provavelmente, dado ter sido uma prática costumeira as senzalas ou o dormitório dos escravos estarem incorporados às casas de morada, nos inventários não havia necessidade de registrar o fato.

Presumo, então, que, quando a senzala se localizava em um lugar diferenciado das casas de morada, era referida no inventário, tendo como base que uma senzala tão barata quanto a do pardo forro Manoel Rodrigues da Costa, citado acima, mereceu especificação do avaliador. Corroboram o argumento alguns bens serem descritos da seguinte forma: "foi avaliada uma cadeira velha, sem valor". Se até coisas sem valor eram relacionadas, por que não as senzalas? Insisto na hipótese de que o que era do conhecimento comum, ou prática corriqueira, freqüentemente se omitia nos documentos. Escravos e senhores quase sempre dividiam o mesmo teto, embora, acredito, em cômodos diferenciados.

Casas-grandes, construídas por ordens religiosas, no século XVII, e por particulares, na segunda metade do século XVIII, tinham uma distribuição singular, provavelmente resquício do antigo local de moradia dos escravos: eram de dois andares e os senhores só utilizavam a parte de cima. Saint-Hilaire (1974:208) se refere, sem explicar o motivo, a essa situação:

"Nas casas das usinas o andar térreo não é habitado (pode-se ver na primeira parte de minhas viagens que é assim também em Minas Gerais). Sobre-se ao alojamento do dono por uma escada externa que vai ter a uma varanda, pela qual entra-se nos quartos e salas. As casas de negros, pequenas e cobertas de colmos, são colocadas paralelamente ao rio, em seguida à do patrão, ou esparsas, cá e lá, nas pastagens".

O naturalista se referiu ao primeiro andar, que "não era habitado". Teria sido sempre assim? Creio que não. Acho que nesse andar térreo, nas maiores unidades, se localizava a moradia dos escravos.

A partir da segunda metade do século XVIII, e em escala crescente, as senzalas foram aparecendo no rol dos bens dos inventariados, mas só no século

XIX tornou-se realmente comum. Pessoas diferentes passaram a se abrigar em tetos diferentes. Nas maiores casas, quase sempre assobradadas, o primeiro andar se tornou desabitado e, segundo olhos de estranhos, sem função específica.

27. 1.º Ofício de  
Notas, maço 27,  
Campos, RJ.

### A pluralidade da habitação

A proximidade do local de beneficiamento e de moradia dos escravos e proprietários (ocupando, muitas vezes, o mesmo teto), no século XVIII, fez com que a referência à moradia fosse, sempre, no plural. Viviam, ricos ou pobres, em "casas de morada" ou "casas de vivenda". Indicava-se, portanto, um conjunto, extrapolando a idéia de casa/dormitório ou casa/descanso e, mais ainda, de casa como um local exclusivamente privado.

As expressões "casas de vivenda" ou "de morada" designavam o conjunto onde se vivia, onde se conseguia a sobrevivência. "Vivenda" é uma palavra latina que significava subsistência, passadio, e que, no século XIX, já se encontrava vinculada à noção de casa e chalé (cf. Cunha 1982). A vagarosa separação do lugar de morar e de trabalhar fez com que o termo "vivenda" perdesse o sentido de produção, restando somente o de abrigo, descanso ou lazer.

Antônio Muniz de Souza (1943:106), viajante baiano que visitou os Campos dos Goitacases, em 1827, assim descreveu um engenho:

"em torno da casa principal e do engenho, tem muitas outras propriedades, que formam juntamente, *um composto de oficinas*" (grifo meu).

Ao descrever a Fazenda de São Bento, propriedade dos monges beneditinos, criada no século XVII, Saint Hilaire (1974:205), em 1818, fez referência ao complexo formado pelas casas, o setor de beneficiamento e as senzalas:

"um ar de grandeza que ainda não tinha observado em parte nenhuma, nem mesmo em Campos Novos, nota-se no conjunto de construções do monastério. As casas dos negros (a fazenda possuía, na época, uns 500 escravos) formam três lados de um pátio gramado que pode ter uns 315 passos de comprimento por 250 de largura. Essas casas são agrupadas e não têm mais de 6 pés de altura; são dotadas de uma pequena janela que se abre para o pátio. A igreja e o convento fecham este último; ao lado fica o engenho de açúcar. O claustro tem forma quadrada e fica entre a igreja e os edifícios do monastério propriamente dito".

Um engenho comum, da segunda metade do século XVIII, só se diferenciava do acima descrito nas proporções, bem mais reduzidas. O Capitão Luiz Pinto de Queiroz<sup>27</sup>, falecido em 1790, possuía:

"um corpo de engenho coberto de telha, com suas moendas, com casa de caldeiras, avarandado a roda, com casa de encaixe e tendal, de uma banda, de táboa, de outra banda casas de vivenda e mais também casa de farinha, em toda a roda, e o dito engenho moente e corrente e armação já velha".

28. 1.º Ofício de Notas, maço 119, Campos, RJ.

29. 1.º Ofício de Notas, maço 300, Campos, RJ.

30. 1.º Ofício de Notas, maço 363, Campos, RJ.

31. 1.º Ofício de Notas, maço 333, Campos, RJ.

Mesmo com a progressiva diferenciação das construções rurais, ocorrida no decorrer do século XVIII, nas unidades mais ricas, o local de beneficiamento da produção e de moradia dos escravos permaneceu muito próximo do corpo da morada habitual dos proprietários. A noção de conjunto estendeu-se pelo século XIX, embora diferenças sutis possam ser detectadas, principalmente quando se observa a habitação dos mais enriquecidos.

Os engenhos medianos, da segunda metade do século XIX, movidos a vapor, trouxeram diferenças na quantidade e nas suas proporções. Apesar dos espaços mais diferenciados, as construções permaneceram próximas. O Major Francisco Manoel Souto Maior<sup>28</sup>, cuja esposa faleceu em 1873, possuía as seguintes construções num mesmo sítio:

“uma casa de morada; uma casa nova, por acabar, para oratório; uma casa que serve de paiol e despensa; uma casa para o fabrico da farinha; uma casa que serve de galinheiro; um telheiro onde se acha assentada a fábrica de fazer açúcar; uma casa para guardar bagaço; outra casa para o mesmo fim; seis lanços de senzalas; mais seis lanços de senzalas; mais 10 lanços de senzalas; um telheiro que serve para cevar porcos; um telheiro que serve para serraria; uma coberta de taboinhas, que serve para guardar os bezeros”.

Essa concentração de casas, tanto para moradia como para o beneficiamento, parece ter sido bastante difundida, pelo menos no sudeste, até nas fazendas de café do século XIX. José de Alencar (Alencar s/d:24) assim romanceou uma bem sucedida unidade cafeeira paulista (de Piracicaba), em 1846:

“Ao passo que se ia adiantando a lavra das terras, erguia-se na chapada fronteira ao rio uma bela casa de morada em dois lances abarracados, com um pequeno mirante no centro (...). Formava o edifício uma face da vasta quadra, onde se foram levantando sucessivamente casas para o administrador e feitores, senzalas para os escravos, o engenho de cana, a fábrica de café, tulhas de feijão e milho, além de outros acessórios do grande estabelecimento rural, que veio a tornar-se depois a fazenda das Palmas”.

A principal diferença entre as épocas é a de que a indicação das casas, no século XIX, perdeu paulatinamente o plural. Na segunda metade do século XIX, quase nenhuma morada era indicada como “casas de vivenda”. Tudo foi singularizado, o que demonstra uma modificação substancial no cotidiano do mundo agrário.

A Baronesa da Abbadia era proprietária, em 1870, de “uma casa de vivenda” na Fazenda do Jacarandá e de “uma outra casa de vivenda” na fazenda da Abbadia<sup>29</sup>. João Francisco de Abreu, em 1880, era dono de “uma casa de telha, sendo parte de tijolos e parte de entulhos”<sup>30</sup>. José de Alencar referiu-se a “uma bela casa de morada”.

Os poucos inventários que trouxeram a referência ainda no plural foram que avaliaram, junto com a casa de morada, outros bens ligados ao beneficiamento, como cozinhas, despensas, varandas e lugar para a bolandeira (instrumento de fabricação de farinha, termo pouco utilizado, no século XVIII, mas amplamente difundido, no século XIX), como foi o caso de Francisco Pereira da Silva<sup>31</sup>, falecido em 1870, que possuía

"um lanço de casas assobradadas com varanda, uma puxada na mesma que serve de cozinha, uma outra que serve de despensa e outra para a bolandeira, tudo coberto de telha e um pequeno cercado da porta".

O conjunto de casa de morada e setor de beneficiamento, incluído no corpo das moradias, pressupunha tratar-se de mais de um lugar onde se "vivia", daí a referência no plural.

A singularização da referência ao espaço refletiu mudanças importantes. A mais evidente é a de que a família proprietária se separou do cotidiano dos trabalhadores, fossem escravos ou livres, e do próprio processo produtivo. O enriquecimento tornou ainda mais evidente a interpretação colonial pejorativa do trabalho manual.

A separação do local de moradia dos escravos demonstrou claramente que a sociedade se tornou mais hierarquizada. Mesmo os mais pobres que, no século XVIII, jamais pensariam em possuir senzalas, num outro momento construíram casas para seus poucos escravos. Estou frisando uma tendência geral. É óbvio que, também no século XIX, havia os que permaneceram coabitando com seus escravos, principalmente nos locais onde o enriquecimento precário muito pouco os grupos sociais ou, mesmo, nos de fronteira agrícola em expansão.

Esclareço que, na região de que trato, a expansão canavieira se deu em terrenos de planície e, no século XIX, esse espaço já estava praticamente monopolizado, com famílias detentoras de grande prestígio social. Até mesmo os mais pobres, nesse caso, tendiam a repetir padrões de comportamento que não necessariamente seriam resultado de suas experiências individuais.

## Habitação e Fronteiras da Produção

Se as casas de morada e, mesmo, as casas de farinha e de engenho tiveram avaliações proporcionalmente reduzidas, nos inventários coloniais, os cercados, em torno das construções, eram realmente valiosos. Feitos de cerca viva, quase sempre "limão vivo", demandavam tempo e trabalho para suprir os fins a que se destinavam: separar lavouras de gado.

Não posso, por ora, estabelecer um valor médio para os cercados, mas representavam um montante significativo nos bens. Valiam mais do que um escravo.

Casas, descritas como rodeadas por cercados, não foram muitas. Nas descrições de bens, separavam-se as benfeitorias para facilitar as avaliações. Alguns, entretanto, trouxeram descrições que, se pecaram pelo pouco detalhamento individual das benfeitorias, nos trouxeram, felizmente, a idéia de conjunto. João de Andrade Leitão, falecido em 1756, possuía "umas casas cobertas de telhas, e muito danificadas, e um cercadinho no lugar da casa"<sup>32</sup>; no seu testamento, Daniel de Melo, viúvo, em 1753 referiu "as casas em que vivo cobertas de telhas e com um cercado de limão vivo"<sup>33</sup>.

Poderia citar muitos outros casos, mas o que interessa, e que foi claramente identificado, é que as casas estavam sempre dentro dos cercados. As variações ficaram por conta do que estava sendo resguardado.

32. 3.º Ofício de Notas, maço 14, Campos, RJ.

33. 1.º Ofício de Notas, maço 8, Campos, RJ.

34. 3.º Ofício de Notas, s/n., Campos, RJ.

35. 3.º Ofício de Notas, maço 7, Campos, RJ.

36. 3.º Ofício de Notas, maço 4, Campos, RJ.

37. Manoel M. do Couto Reis, Vide Nota 20.

Em 1737, Mônica Pereira teve seus bens avaliados e, entre eles, "uma casa armada de esteios lisos encaibrada com um quartel de mandioca nova com milho e feijão em roda"<sup>34</sup>. Eva de Souza do Rosário morreu em 1724 e era dona de: "uma casa de dois lances de taipa de mão cobertas de palha na roça, com uma roça de mandioca e de milho"<sup>35</sup>. Em 1736, Julião Duarte possuía "um cercadinho novo (...) com algum milho"<sup>36</sup>. Esses inventários foram feitos ainda na época em que o gado predominava. Os cercados serviam para resguardar as lavouras, que se situavam ao redor das casas de morada e do setor de beneficiamento.

A figura 1 é um esboço dos limites da produção rural na época do gado. O desenho se baseou na leitura pormenorizada dos inventários. Tentei compor um sítio ideal, através das referências mais freqüentes, trazidas no arrolamento dos bens. A testada de uma agrária era invariavelmente à margem de alguma estrada ou rio, e tudo leva a crer que as habitações eram construídas bastante próximas dela.

No decorrer do século XVIII, quando o açúcar se tornou a atividade priorizada, os cercados passaram a ser descritos contendo capim, quase sempre "capim da cidade" ou "capim plantado". Os animais tomaram o lugar das lavouras. Enquanto antes as roças eram cercadas, nos sítios de cana o gado é que passou a sê-lo. Era necessário o boi manso para os trabalhos da lavoura, principalmente para impulsionar as moendas do engenho e para o transporte.

Os donos de engenho de grande porte possuíam, além das terras de lavoura, sítios em áreas que permaneceram de pecuária, como as da povoação de São Sebastião e as da Vila de São João da Barra. Por um mapeamento, realizado em 1785, todos os grandes senhores de engenho possuíam outros sítios (em terras alugadas ou próprias), com vacas parideiras, bois de carro, bezerros e novilhos, indicando atividade criatória. Nas terras de lavoura, onde se localizava o engenho, apareciam somente "bois de carro" e "cavalos mansos"<sup>37</sup>. Visivelmente, a atividade criatória dos grandes proprietários estava em lugar diferente do em que tinham o engenho. Nestes últimos, os cercados de capim sustentavam os animais em épocas de moagem.

Os pastos de uma mesma unidade eram denominados de maneira diferenciada, como: "cercado grande", "cercado pequeno", "cercado do lado", "cercado de baixo", e outras, provavelmente indicando uma espécie de rotatividade para o gado. Após o período de maior serviço, os bois eram deslocados para os sítios de amplas pastagens.

Várias descrições indicaram que, nos cercados, onde pastavam bois, havia sempre a casa de algum trabalhador, escravo ou não, e que outras casas se espalhavam por vários locais, muitas com coberturas de palha, provavelmente moradia de outros empregados/escravos do engenho. As grandes lavouras foram liberadas, principalmente porque cercar extensos partidos de cana deveria ser bem mais trabalhoso do que cercar pastos para um número de animais que ficaria ali somente uma parte do ano.

A Figura 2 representa um possível esquema de unidade agrária com engenho, incluindo sítio criatório. Nas terras do engenho, próprias ou

alugadas, havia matas, indispensável ao funcionamento de um engenho, localizadas possivelmente mais para os fundos da propriedade, já que, para a facilidade do tráfego, era preferível que os canaviais fossem mais próximos do setor de beneficiamento. As grandes extensões dos terrenos, mesmo alugados, impediam que houvesse, pelo menos nesse momento, problemas com a carência de matas.

Um sítio de canas ou de alimentos está representado na Figura 3, podendo ser alugados; ainda com mais freqüência do que os dos maiores produtores. Foram pouquíssimos os pequenos sítiantes proprietários das terras que ocupavam.

Os limites da produção se assemelhavam muito aos dos grandes engenhos, guardando as devidas proporções e o número de construções. Os cercados com pastos eram, nesses casos, menores e, mesmo, inexistentes.

Pelos inventários e pelo mapeamento de 1785, era mais comum os proprietários terem cavalos do que gado bovino. Em 1488 unidades, listadas em 1785, 61% (902) dos produtores eram proprietários de pelo menos um cavalo manso, enquanto 42% (621) o eram de bois mansos. Os pequenos cercados dos produtores pobres (invariavelmente donos de "um cavalo castanho" ou "um cavalo lazão"), descritos nos inventários como plantados com capim, podem indicar que eram destinados para pastagens desses poucos animais, mas as lavouras estavam, quase sempre, cercadas.

## Família, Parentesco e Habitação

O conjunto de uma unidade agrária podia ser ainda mais complexo do que até agora descrito. A vizinhança, não só no caso dos pequenos produtores foreiros ou arrendatários como também dos grandes proprietários de engenhos, terras e escravos, se constituía de parentes consaguíneos ou rituais dos grupos domésticos. Pelos indícios deixados nos inventários, as relações familiares eram fundamentais para o estabelecimento e a manutenção de unidades agrárias.

É muito difícil, com a documentação com que trabalho, identificar as relações sociais e familiares entre os habitantes da região, já que normalmente não eram referidas. Alguns indícios descritivos e a observação de fontes conjugadas me permitiram chegar a certas conclusões.

Os padrões sociais de uma área de fronteira agrícola em expansão eram bastante permeáveis à assimilação dos "forasteiros". O recém-chegado, figura corriqueira, dependia de determinar atitudes e procedimentos para poder incorporar-se aos grupos residentes. O que está fora de dúvidas é que eram esperados, observados e, dependendo da conduta, aceitos, através de alianças rituais, nas famílias já estabelecidas. Mas isso demorava um certo tempo. Não era uma aceitação imediata.

38. 1.º Ofício de Notas, maço 10, Campos, RJ.

39. Cf. Registros Paroquiais de Casamentos. Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacases. Cúria Metropolitana de Campos, RJ.

Pobres ou ricos, os homens, via de regra, iam morar nas imediações do espaço físico ocupado pela família que os acolheu. As mulheres migravam pouco. Ficavam mais sob a tutela dos pais. Eram, também, relativamente raros os casais, com ou sem filhos, que se deslocavam juntos para determinada área. Quando casado, o homem viajava sozinho, tentava estabilizar-se e, dependendo da sorte, buscava a família ou casava de novo. Mesmo sabendo que os casos desse tipo, em particular os de bigamia, tenham sido inúmeros, o mais comum foi o homem solteiro migrar e criar novos laços de parentesco na área escolhida.

Pascoal Rodrigues, falecido em 1763, possuía quatro filhos, entre eles "Domingos Rodrigues Pinto, de mais ou menos 24 anos, que não sabe ao certo aonde se encontra na Comarca, e Manoel Rodrigues da Costa, de mais ou menos 23 anos, também ausente"<sup>38</sup>. Houve casos iguais, principalmente na primeira metade do século XVIII. Em nenhum inventário, ao se arrolarem os herdeiros, uma filha se encontrava em lugar ignorado da família.

A criação de uma família tendia a estabilizar o local de moradia e a fixar pelo menos as filhas. Com maior frequência, filhos buscavam noivas em outros lugares, incorporando-se ao espaço ocupado pela família da mulher. Pude perceber tal procedimento por dois indícios bastante convincentes, no meu entender: o primeiro foi o de que em 1.967 casamentos, da Paróquia de São Salvador, 1.531 eram mulheres, ou 78%, nascidas na própria paróquia, enquanto um número menor de homens, 1.207, ou 61%, o eram<sup>39</sup>.

O segundo foi o de que, ao procurar os registros de batizados dos filhos dos homens que não casaram na paróquia onde nasceram, encontrei muito poucos. Caso os tivesse encontrado, poderia concluir que casaram fora, mas voltaram para junto dos pais. Ao mesmo tempo, os genros de fora e as esposas, nascidas na freguesia, estavam, em linhas gerais, na mesma área, batizando muitos filhos. Tudo indica, portanto, que os genros se incorporavam ao espaço da família da esposa.

Alida Metcalf (1983) encontrou o mesmo tipo de prática para uma área paulista, Santana do Parnaíba, no século XVIII, onde era o genro, e não o filho, a herdar a posição social de um casal. Na realidade, podemos estar diante de uma situação onde a existência de filhas era fundamental para a estratégia familiar de casamentos e de manutenção/ampliação de fortunas.

O início de vida produtiva da grande maioria dos lavradores, principalmente dos mais empobrecidos, dependia muito da ajuda e permissão da família para que pudessem usar terras e alguns bens em seu próprio proveito. Em alguns casos pude identificar claramente que membros de uma mesma família moravam, tanto na área rural quanto na Vila, bastante próximos uns dos outros. Ao analisar os inventários *post-mortem* de pessoas casadas, encontrei 19, em 224, que não relacionaram, entre seus bens, a propriedade de terras, casas de morada, animais de serviço e setor de beneficiamento. Alguns não tinham nem mesmo instrumento de trabalho, como enxadas, foices, machado, cavadores, etc. Apesar disso, eram proprietárias de roças ou canaviais e, até mesmo, de alguns escravos. Como essas pessoas trabalhavam, que terras ocupavam com sua lavouras e onde moravam com seus escravos?



Houve ainda outros 47 que possuíam casas, roças, escravos, alguns instrumentos de trabalho e nenhuma referência às terras, ou seja, não diziam serem foreiros, arrendatários nem donos de terras próprias. Em que terras possuíam essas benfeitorias?

O muito evidente e o muito conhecido eram sistematicamente omitidos nas escriturações legais. Os que possuíam lavouras em terras de terceiros, ou seja, em terras de pessoas que não fossem pais ou sogros, tinham sempre esse dado explicitado.

Também os que alugavam terras, e nelas construía benfeitorias, tinham esses dados registrados no inventário, já que o fruto do trabalho na terra era da propriedade de quem o havia realizado, independente do dono da terra. Elena Carvalho da Silva, falecida em 1789, viúva, sem escravos, era proprietária "das benfeitorias de um sítio em que vivia esta defunta em terras foreiras à religião beneditina, que consta de vários bardos de espinho, cinco pés de jambeiros, uns pés de limeiras, cercado de capim da cidade"<sup>40</sup>. A relação com a terra era sempre bem explicitada.

Mesmo os agregados, moradores e ocupantes de terras de outros, sem ônus, também explicitavam essas informações. Em geral diziam: "Fulano de Tal, assistente na fazenda de Beltrano onde tinha lavouras e benfeitorias no valor X".

Por outro lado, não houve nenhum caso, em todos os inventários que analisei, de lavradores que tivessem benfeitorias em terras (fossem próprias ou alugadas) de pais ou sogros. Isso só ocorria quando os bens estavam em terras de terceiros.

Tendo em vista tais evidências, concluo que os inventariados que não referiam propriedade ou posse de alguma terra, mas eram donos de bens agrários, ocupavam terras, moravam em casas e utilizavam instrumentos de trabalho dos pais ou sogros. Esse fato, que deveria ter sido bastante comum, não necessariamente precisaria ser indicado no arrolamento de seus bens. As benfeitorias eram incontestavelmente de sua propriedade.

Em determinado grupo social, a dotação constituiu-se no mecanismo privilegiado de alianças matrimoniais. Os proprietários de mais de 20 escravos eram os que davam dotes significativos para os filhos, principalmente para as mulheres (havia dotes também para homens). Nesses casos, o dote funcionava como uma peça importante na barganha pelas melhores alianças e representava uma contribuição de peso na formação de uma unidade doméstica; dotavam principalmente com escravos, terras e cabeças de gado. Os mais pobres se restringiam a peças de enxoval ou a um outro animal de serviço. A grande maioria, entretanto, prescindia do dote para casar suas filhas.

A família teve um grande peso nas relações econômicas, políticas e sociais no Brasil. Mais do que o dote e o acesso à herança (esta última sem data marcada, obviamente), o mais comum para a constituição de uma unidade doméstica era contar com a solidariedade familiar, que se multiplicava, principalmente entre os membros da família nuclear, em particular nos grupos menos enriquecidos da região. Esse dado era fundamental.

## Conclusão: O público e o privado sem limites

Lugar de viver e de produzir, as “casas de vivenda ou de morada” eram também lugar de articulações políticas, administrativas e sociais. Era em suas casas que os tabeliões recebiam as informações sobre a morte dos habitantes e iniciavam os inventários. Foi nas casas de morada de Benta Pereira que os insurretos se reuniam para conspirar contra os poderosos donatários da Capitania da Paraíba do Sul. Os cirurgiões licenciados consultavam nas casas dos enfermos, ou nas suas próprias, e era nelas que vizinhos e parentes os chamavam para socorrer doentes. Os boticários preparavam remédios em suas casas de morada. O aprendizado do ofício, qualquer que fosse, era realizado em casa dos “mestres”, onde tinham sua banca de sapateiro, as ferramentas de “carapina”, os instrumentos de marcenaria, de alfaiataria etc. Negociantes estabeleciam o lugar comercial em suas casas, alugadas ou não. Não havia separação entre o lugar de dormir e o de trabalhar. A redação dos testamentos, o encomendar dos mortos e os velórios eram sempre feitos nas moradias. Noivos casavam em capelas ou oratórios particulares.

De dentro de suas casas os grandes senhores acompanhavam todo o funcionamento de sua produção. Em suma, quase todas as ocupações do dia-a-dia se realizavam nas casas, sobrando pouco espaço para os encontros nos locais públicos. Posso até mesmo dizer que as casas eram um lugar público. Todos sabiam muito de todos, já que freqüentar casas era o mesmo que freqüentar lugares hoje absolutamente especializados.

Todos sabiam muito de todos. Sabiam quem tinha falecido, quem tinha vendido (o que e para quem) e sabiam mais uma infinidade de pequenos detalhes da vida dos outros que transparecem nos documentos.

O principal dado para provar que alguma coisa era verdade consistia no depoimento oral de testemunhas, consideradas fidedignas. O “público e notório” era tido como verdadeiro. Tal tipo de comprovação se adapta bem ao espaço que esses homens habitavam, onde a privacidade ou atos solitários eram situações dificilmente alcançadas.

Muito se ouvia e se olhava. Antonio Tomás, em 1749, estava contratado para casar com Ana de Sampaio. Moravam na Freguesia de Rio das Ostras, da Cidade de Cabo Frio. Na publicação do casamento, feita também na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Capivary (Comarca dos Campos dos Goitacases), por ser vizinha, se levantou um impedimento por parte de Manoel de Mello, acusando uma possível “cópula ilícita” entre o noivo e a futura sogra.

Manoel de Mello<sup>41</sup>, no final do processo, retirou a acusação, argumentando que:

“pela razão de ter ele depoente (Manoel de Mello) ouvido a uma sua escrava, indo em uma noite a passar-lhe pela senzala, estar dizendo a outra, enfadada, contra a mãe da contraente (Ana de Sampaio). Por isso ela estava a roda do fogo com senhor Tomás, embrulhada com um lençol, e depois se foi para dentro com ele. E por ter ele depoente escrupulos depôs ao dito Reverendo Vigário a forma do referido, para se tirar do dito escrupulo. Contudo, porque ele depoente depois soube que fora isto uma

mera malícia da dita escrava, e certificou-se também que o dito Tomás, ou Antônio Tomás, já estava morando portas adentro com os pais da contraente, em ordem de casar com ela, tendo já trato muito com a mesma, cessou de todo o seu escrúpulo, de sorte que nesta segunda vez que se apregoaram já lhe não quis sair com o dito impedimento, por ter sido falso e injurioso pela malícia da dita sua escrava, e mais não disse (...)"

Uma escrava de terceiros pôde presenciar muito do cotidiano particular de uma família e, segundo os autos, "maliciar" o que foi observado. O senhor, por sua vez, ouviu de sua escrava, quando uma noite foi à senzala, uma história que lhe pareceu ser seu dever referir na paróquia, onde corriam os proclamas. Esta paróquia nem era a mesma dos envolvidos, mas era próxima o bastante para que comentários desse tipo corressem entre os vizinhos.

Não vamos saber nunca que interesse estariam envolvidos nesse episódio, mas o que se mostra evidente é que a forma das construções, tanto de casas quanto de senzalas, guardava muito pouco o isolamento dos seus habitantes, podendo seus atos (ou palavras) serem observados por outros, com muita facilidade.

O "fogo", referido no depoimento da "maliciosa" escrava, parece ter sido o fogo da cozinha, sempre colocada do lado de fora da casa, com cobertura, mas possivelmente aberta em alguns lados para a saída da fumaça dos fogões de lenha, sujeita, portanto, aos olhares de quem quer que fosse. A negra Esperança<sup>42</sup> disse:

"(...) que os vira (o noivo e a futura sogra) estarem conversando junto ao fogo e daí se levantaram e foram-se para dentro da casa, e não vira mais coisa alguma porque também se saiu e se veio embora".

A escrava deduziu que, se tivesse ficado, saberia o que se passou.

A forma e os materiais utilizados nas construções, a proximidade entre os lugares de morar e trabalhar e a convivência de pessoas diferenciadas num mesmo espaço possibilitaram que entre público e privado não houvesse demarcações precisas. As casas não tinham vedação suficiente para abafar os sons, feitas de taipa com telhados vazados e abertos, permitindo que tudo fosse visto e ouvido por quem estivesse por perto. E sempre havia muitos...

## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, José de. *Til*. 4<sup>a</sup>. ed, SP, Ed. Melhoramentos, s/d, pág. 24. s/d

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. RJ, Ed. Nova Fronteira. 1982

FARIA, Sheila Siqueira de Castro Faria. *Terra e Trabalho nos Campos dos Goitacases (1850-1920)*. RJ, Tese de Mestrado, UFF. 1986

- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Escravidão e Relações Familiares no Rio de Janeiro - Período Colonial In: *Estudos da Escravidão* nº 2, Niterói, Cadernos do ICHF, nº 23, UFF. 1990
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 12ª. edição, RJ, Ed. José Olympio, 1978 pág. 161.
- LAMEGO, Alberto. *A terra Goitacá*. RJ, Diário Oficial. 1943
- METCALF, Alida Christine. *Families of Planters, Peasants and Slave Strategies for Survival in Santana do Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Texas, University Microfilms Internacional. 1983
- REIS, Manoel Martins do Couto. *Descrição Geográfica, Política e Cronológica do Distrito de Campos dos Goitacases*. Manuscrito de 1785. Arquivo Godofredo Tinoco (particular).
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. 1974 Trad. Leonam Penna, SP/BH, Ed. USP e Itatiaia, pág. 208.
- SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: as Esperanças e as Recordações na Formação da Família Escrava*. Texto mimeo. 1989
- SOUZA, Antônio Muniz de. "Viagens e Observações de um Brasileiro que, Desejando ser útil à sua Pátria, se dedicou a Estudar os Usos e Costumes dos seus Patrícios e os três Reinos da Natureza em vários Lugares e Sertões do Brasil". Apud. LAMEGO, op. cit., vol. 6, pág. 106.

# GADO

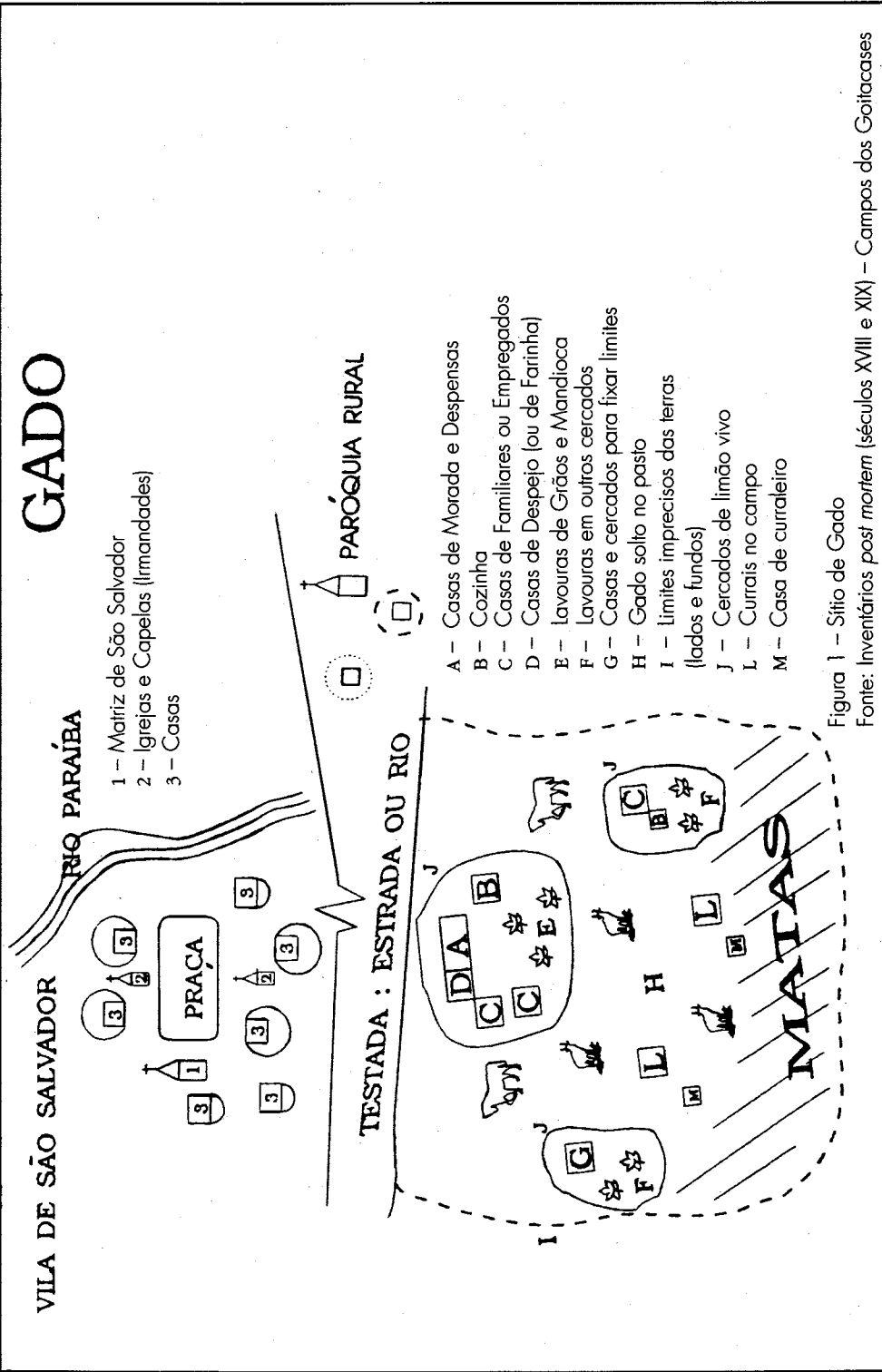


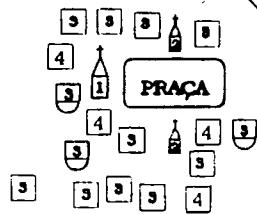
Figura 1 - Sítio de Gado

Fonte: Inventários post mortem (séculos XVIII e XIX) - Campos dos Goitacases

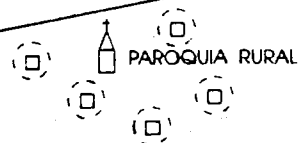
# AÇÚCAR

VILA DE SÃO SALVADOR

RIO PARAÍBA



- 1 - Matriz de São Salvador
- 2 - Igrejas e Capelas (Irmandades)
- 3 - Casas
- 4 - Casas de Mercadores, de Louça Vidrada e Tabernas



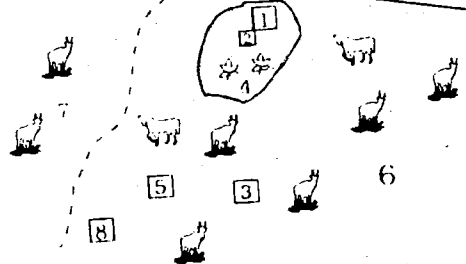
TESTADA : ESTRADA OU RIO



- A - Casas de Morada
- B - Engenho
- C - Cozinha de Despensa
- D - Casas de Despejo ou de Farinha
- E - Senzalas
- F - Casas (Família ou Escravo/Empregado)
- G - Casas nos Cercados (Parentes ou Escravos/Empregados)
- H - Cercados com Capim
- I - Casas Espalhadas (Família ou Escravo/Empregado)
- J - Lavouras de Cana intercaladas com Milho, Feijão e Bananeiras
- L - Cercados de limão vivo
- M - Cercados e casas para demarcação de limites

— LIMITES DEFINIDOS (TESTADA)  
 - - - LIMITES INDEFINIDOS (LADOS E FUNDOS)

TESTADA : ESTRADA OU RIO

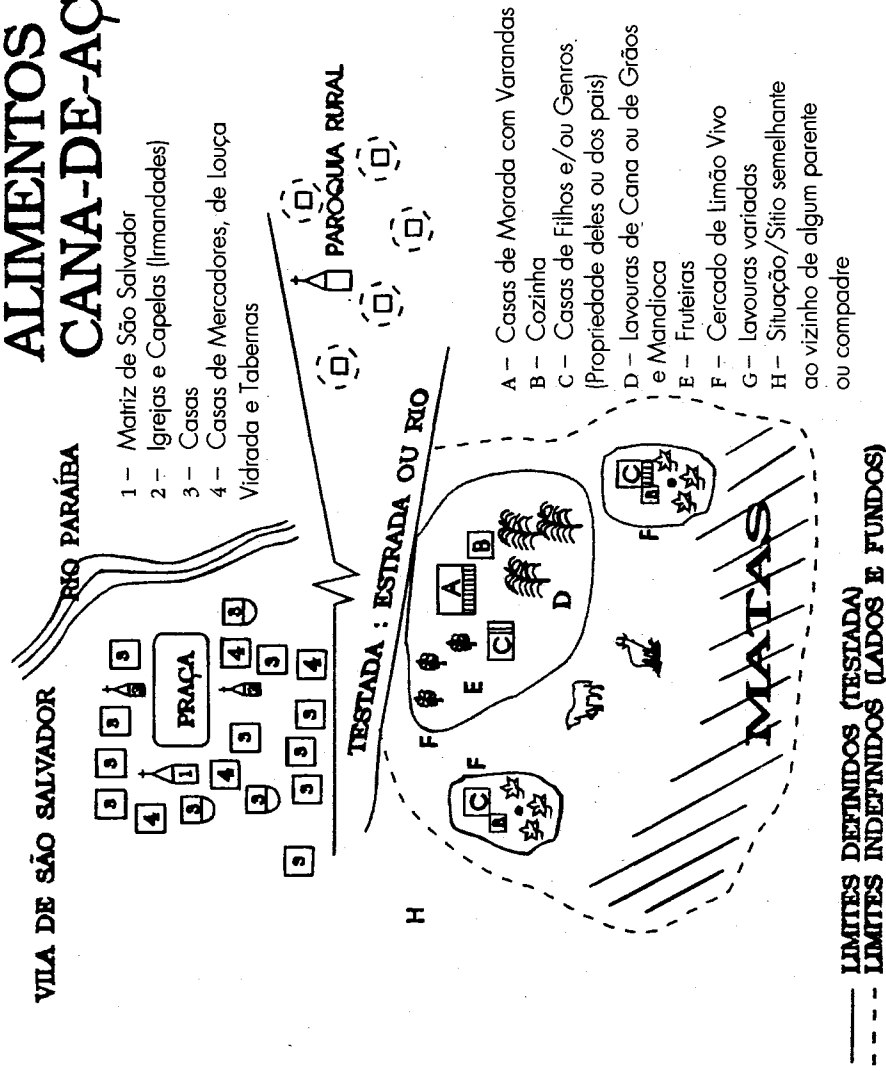


- 1 - Casa de Parente/Empregado/Escravo
- 2 - Cozinha
- 3 - Casa de Curraleiro
- 4 - Lavouras de Grãos e Mandioca
- 5 - Curral
- 6 - Pasto para gado solto
- 7 - Gado solto no campo
- 8 - Casas Variadas

Figura 2 - Esquema de um Sítio com Engenho

Fonte: Inventários *post mortem* (séculos XVIII e XIX) - Campos dos Goitacases

# ALIMENTOS E/OU CANA-DE-AÇÚCAR



- 1 - Matriz de São Salvador
- 2 - Igrejas e Capelas (Irmândades)
- 3 - Casas
- 4 - Casas de Mercadores, de Louça Vidrada e Tabernas

- A - Casas de Morada com Varandas
- B - Cozinha
- C - Casas de Filhos e/ou Genros. (Propriedade deles ou dos pais)
- D - Lavouras de Cana ou de Grãos e Mandioca
- E - Fruteiras
- F - Cercado de Limão Vivo
- G - Lavouras variadas
- H - Situação/Sítio semelhante ao vizinho de algum parente ou compadre

Changes in the domestic space affecting Brazilian 19th. century architecture.

**Carlos Alberto Cerqueira Lemos**

After a survey of colonial domestic architecture in Brazil (including references to Portuguese vernacular models, indigenous contributions and adaptation to climatic conditions, geographical isolation and segregative behaviour patterns), the author describes the main features of the diffuse pattern of rural houses, as well as its urban counterparts. Eclecticism - with its alienigenous roots - is considered the most important trend of change from the second half of the 19th - century until the First World War.

UNITERMS: Domestic space (Brazil, 19th. - century). Architecture (colonial).

An. MP, NS 1: pg. 95, 1993.

Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de habitação nos Campos de Goitacazes, sécs. XVIII e XIX.

**Sheila Siqueira de Castro Faria**

A autora explora uma rica coleção de inventários dos séculos XVIII e XIX, referentes a habitantes dos Campos de Goitacazes (no atual Norte Fluminense, RJ). São propostas inferências sobre vários tópicos: atributos morfológicos e tecnológicos das estruturas, padrões de atividades (em particular as produtivas), arranjos espaciais, sistemas de artefatos, relações com a organização familiar, a condição servil, sistemas de valor, etc. Também se registram as mudanças observadas.

UNITERMOS: Habitação colonial (Brasil). Campos de Goitacazes RJ: organização do espaço rural (éc. 18/19).

An. MP, NS 1: pg. 107, 1993.

Written sources and material life: preliminary observations on 18th./19th - century dwelling houses from Campos dos Goitacazes, RJ - Brazil.

**Sheila Siqueira de Castro Faria**

The author explores a rich collection of 18th.-19th-century inventories regarding inhabitants from Campos dos Goitacazes (the area nowadays known as "Norte Fluminense", State of Rio de Janeiro, Brazil). Inferences are made on several subjects, including morphological and technological attributes of the structures, patterns of activities (particularly the productive ones), spatial ensembles, artifact systems, relationships with family organization, servile condition, valorative systems etc. Observable changes are registered.

UNITERMS: Colonial domestic space (Brazil). Campos dos Goitacazes RJ: organization of rural space (18th.-19th centuries).

An. MP, NS 1: pg. 107, 1993.

Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização.

**Annateresa Fabris**

A autora acentua o significado social e cultural do Eclétismo, além do domínio da arquitetura e do nível dos fenômenos estilísticos. Este quadro lhe permite entender, de um ponto de vista histórico, suas tendências cenográficas, o gosto pela magnificência, a expressividade e a monumentalidade, assim como os vínculos com o passado. São então apontados alguns traços específicos do Eclétismo no Brasil, que tem entre seus ingredientes uma atitude anti-colonial. O movimento neoclássico é incluído como manifestação tardia do Eclétismo, que sobreviverá até o estabelecimento de uma nova relação com a modernidade - mediada pela tecnologia.

UNITERMOS: Eclétismo. Arquitetura eclética (Brasil). Eclétismo, modernidade, modernização.

An. MP, NS 1: pg. 131, 1993.